

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO – FACE
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE
PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS NO ENSINO
FUNDAMENTAL – PROJETO PROFESSOR NOTA 10**

ANA MARIA DE AMORIM DA SILVA
CLÁUDIA KÁTIA AGUILAR ROCHA
LEDA DE CASTRO FONSECA
MARIA DE FÁTIMA C. CAVALCANTE

“TIRAMOS 3 NA PROVA:” O PROFESSOR E O ALUNO

**Brasília
2005**

Ana Maria de Amorim da Silva
Claudia Kátia Aguilar Rocha
Leda de Castro Fonseca
Maria de Fátima C. de Cavalcante

“TIRAMOS 3 NA PROVA”: O PROFESSOR E O ALUNO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Universitário de Brasília- UniCEUB como parte das exigências para conclusão do curso de Pedagogia – Formação de professores para as Séries iniciais do Ensino Fundamental – Projeto Professor Nota 10.

Orientadora: Dra. Maria Eleusa Montenegro

Brasília - DF

2005

Dedicamos esse trabalho aos nossos pais, os maiores responsáveis pela formação de nosso caráter, o que nos faz fortes, persistentes e a andar rumo a conquistas, ainda que pareçam tardias. Também aos nossos filhos, como estímulo para a busca da realização de seus sonhos, para que não olhem para as dificuldades, em si, mas que elas sejam estímulo para vencer e provar as alegrias de grandes vitórias.

Agradecemos a todos que contribuíram de alguma forma para a realização desse trabalho, especialmente aos nossos familiares, principalmente marido e filhos. Pela paciência e compreensão em relação a nossa ausência, ao tempo de dedicação reduzido em função dessa realização. Também à orientadora que nos fez acreditar, desde o começo, em nosso potencial, na contribuição que poderíamos dar.

Entendo que o ato de avaliar é, constitutivamente, amoroso.

É um ato que acolhe atos, ações, alegrias e dores como elas são; acolhe para permitir que cada um seja o que é. O acolhimento integra, o julgamento afasta.

(LUCKESI)

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi contribuir, de alguma forma, para a reflexão sobre a forma de como vem sendo trabalhados os instrumentos de avaliação da aprendizagem, os critérios e resultados, quanto a sua satisfatoriedade. Pretende-se apresentar contribuições de estudos nessa área, numa tentativa de desmistificar a visão penosa e obrigatória que a avaliação tem representado para a comunidade escolar. Segundo Luckesi, o sistema de avaliação escolar atual, está a serviço de uma pedagogia dominante, que exige um controle e enquadramento dos indivíduos nos critérios previamente estabelecidos de equilíbrio social, sendo assim um instrumento que disciplina as condutas cognitivas e sociais no âmbito escolar. Para Esteban, a avaliação educacional atua na ótica de negação, pois sua função classificatória com pretensão de selecionar, tem como fundamento a competição e a exclusão, quando distingue os que sabem dos que não sabem. Funciona como instrumento de controle, limitando as ações dos principais sujeitos da aprendizagem: o aluno e o professor. Berbel aponta a avaliação da aprendizagem, quando utilizada por meio de provas escritas, como fator de ameaça para os alunos, causando ansiedade e tensão por vários dias que antecedem a avaliação, já que esta é previamente agendada, influenciando no diagnóstico. Na impossibilidade de tratar a totalidade dos aspectos referentes à avaliação pretende-se neste trabalho concentrar a análise em um dos mecanismos que possibilitam aferir o sucesso ou o fracasso escolar. A coleta de informações em torno do tema foi operacionalizada por meio de um questionário semi-estruturado. A abordagem de pesquisa utilizada para o desenvolvimento desse trabalho foi a qualitativa, buscando dados por meio de questionamento aberto. Foram priorizados os professores como participantes diretos da pesquisa, considerando suas experiências no ofício. As categorias foram relacionadas aos seguintes aspectos da avaliação: conceitos, critérios, instrumentos utilizados, influência psicológica, aplicabilidade dos resultados obtidos por meio da avaliação, aspirações no que se referem a mudanças e influências no fracasso escolar apresentado nos atuais índices de pesquisas. Os dados da pesquisa revelaram a necessidade de uma contínua discussão sobre a avaliação da aprendizagem, visto que a maioria dos professores questionados reconhece que avaliam para verificar o nível de conhecimento de seus alunos, sendo que a avaliação da aprendizagem exige mais que isso: deve ter função diagnóstica, agindo como instrumento de compreensão do estágio em que se encontra o aluno, para a tomada de decisões, visando avanços no processo de ensino e aprendizagem. Percebe-se, também, que todos os envolvidos nesse processo, têm atenção voltada às notas obtidas por meio de provas escritas ou testes, revelando o interesse de descobrir quem não aprendeu, e não em descobrir quem sabe o que foi ensinado. A influência do fator psicológico em torno da avaliação é um fato real nas escolas, agindo sutilmente como castigo. A avaliação da aprendizagem em nossas escolas tem exercido esse papel, por meio da ameaça, em tempos antecedentes às provas. Entretanto, a avaliação por si só, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo; tendo objetivo de diagnosticar, acolher e reincluir o educando, pelos mais variados meios, no processo de aprendizagem.

Palavras-chave: aprendizagem, prova e avaliação.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	07
1.1.	JUSTIFICATIVA	07
1.2.	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	08
1.3.	OBJETIVOS	08
1.3.1.	OBJETIVO GERAL	08
1.3.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	08
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	09
2.1.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO TRADICIONALMENTE AUTORITÁRIO	09
2.2.	AFINAL, O QUE É MESMO AVALIAÇÃO	10
2.3.	O SISTEMA DE NOTAS E CONCEITOS	11
2.4.	A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO AUTORITÁRIO	12
2.5.	O ERRO NA AVALIAÇÃO	13
2.6.	PRIORIDADE PARA OS CONTEÚDOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS	15
2.7.	UMA AVALIAÇÃO VOLTADA EFETIVAMENTE À APRENDIZAGEM DO ALUNO	16
2.8.	PROFESSOR E ALUNO: COMPANHEIROS DE JORNADA	17
3.	METODOLOGIA	19
3.1.	ABORDAGEM METODOLÓGICA	19
3.2.	CENÁRIO E PARTICIPANTES DA PESQUISA	19
3.3.	FASES DA PESQUISA	20
3.4.	INSTRUMENTO PARA À COLETA DE DADOS	20
3.5.	CATEGORIAS, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	21
3.5.1.	CATEGORIAS	21
3.5.2.	ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	21
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	35
	APÊNDICE: QUESTIONÁRIO APLICADO COM PROFESSORES	36

1. INTRODUÇÃO

1.1. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que a avaliação, no âmbito educacional, é uma das questões mais discutidas entre os profissionais da área, devido a sua complexidade, percebeu-se a necessidade de continuar com a reflexão, especialmente no que se refere a forma como têm sido utilizados os instrumentos de avaliação escolar, quanto aos seus critérios, funções e resultados.

A tradicional prova, como vem sendo aplicada, não mais atende às exigências da nova escola: aquela que tem o dever de preparar cidadãos críticos e reflexivos. A reflexão proposta nesse trabalho implica na quebra de paradigmas antigos que não mais atendem a realidade atual e a colocação de novos paradigmas, no que se refere a utilização, de modo produtivo, dos instrumentos de avaliação visando uma aprendizagem significativa.

Pais, sistema de ensino, professores e alunos, todos tem atenções voltadas para a promoção ou não. A nota acaba se tornando um fim em si mesmo, ficando muito distanciada e sem relação com as situações de aprendizagem. Em geral, quando se fala em avaliação, pensa-se imediatamente no processo de avaliação tradicional, em que a escola assume o papel autoritário, fechado e o professor manda, ensina e julga. Nessa ótica, vê-se a necessidade de analisar os critérios de avaliação utilizados pelo professor e a que são destinados os resultados obtidos.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), consta como objetivos da avaliação, subsidiar o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, criando novos instrumentos de trabalho, não se restringindo ao julgamento sobre fracassos do aluno. Diferentemente disso, o que se percebe é outra realidade, em que a avaliação se apoia essencialmente no estabelecimento de um padrão que serve como termo de comparação, diferenciação, classificação e exclusão.

Diante desse quadro, nota-se imprescindível a busca de elementos que tornem contínua a reflexão sobre a avaliação, visando melhores resultados do trabalho do educador, com mais parcerias e menos divergências na busca conjunta de conhecimentos.

1.2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Considerando a avaliação da aprendizagem como um dos temas mais polêmicos nas discussões realizadas entre os profissionais de educação, percebeu-se a necessidade de um trabalho voltado para uma reflexão efetiva do real objetivo e valor da avaliação e o papel do professor nesse processo.

Diante dos resultados insatisfatórios, em relação ao baixo rendimento escolar, em termos de conhecimentos adquiridos aquém do esperado nas escolas do país, como apresentados em pesquisas, questiona-se como estão sendo utilizados os instrumentos de avaliação de que dispõe o sistema de ensino na sua essência, e como tem sido trabalhado esse resultado, já que o principal sujeito da aprendizagem é o educando.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Verificar a utilização dos instrumentos de avaliação da aprendizagem escolar quanto aos seus objetivos, critérios e resultados.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Refletir sobre os verdadeiros fins da avaliação na educação escolar;
- Compreender a importância de trabalhar os resultados obtidos por meio da avaliação, enquanto elementos significativos para a continuidade do processo de aprendizagem;
- Buscar possibilidades de retomar o verdadeiro sentido da avaliação, no que se refere à trabalhar democraticamente e com autonomia os instrumentos da mesma, por parte do professor, se atentando para o aluno enquanto sujeito mais importante do processo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO TRADICIONALMENTE AUTORITÁRIO

A avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, segundo Luckesi (1997), está a serviço de uma pedagogia dominante que, por sua vez, serve a uma sociedade dominante, o qual pode ser identificado como modelo social *liberal conservador*, oriundo da normalização dos empreendimentos transformadores que ascenderam na Revolução Francesa.

Em uma de suas obras, esse autor ajuda a compreender melhor o critério de avaliação dentro do modelo liberal conservador quando diz:

A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, terá de, obrigatoriamente, ser autoritária, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas seja pelos meios sub-reptícios das diversas modalidades de propaganda ideológica. A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola (Ibidem, p.32)

O aperfeiçoamento do sistema de avaliação educacional está ligado à necessidade de atender às crescentes demandas sociais de educação reduzindo ao máximo o investimento público, como reforça o pensamento abaixo:

Com o crescimento da população escolarizada, a avaliação educacional adquire duas funções básicas, de natureza econômica, demarcadas pelas ideologias do processo e da competição: definição da distribuição dos recursos econômicos às instituições educativas e regulação do acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho. (ESTEBAN, 2001, p.102).

A pedagogia predominante sistematizada é baseada no modelo da sociedade burguesa dos séculos XVI e XVII, no seio da qual a pedagogia tradicional emergiu e se cristalizou traduzindo o seu espírito. A sistematização da pedagogia católica propiciaram o exame, como forma de avaliação, sendo utilizada como forte instrumento de disciplina baseado especialmente no medo e na ameaça, conforme a frase a seguir:

Os jesuítas (século XVI), nas normas para a orientação dos estudos escolásticos, sejam nas classes inferiores ou nas superiores, ainda que definissem com rigor os procedimentos a serem levados em conta num ensino eficiente (que tinha por objetivo a construção de uma hegemonia católica contra as possibilidades heréticas,

especialmente as protestantes), tinham uma atenção especial com o ritual das provas e exames.(LUCKESI, 1997, p.22).

2.2. AFINAL, O QUE É MESMO AVALIAÇÃO?

Para Luckesi (1997), a avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo. O ato de avaliar, na aprendizagem do exame, não serve como pausa para pensar a prática e retomar a ela, mas como um meio de julgar a prática. O mesmo reconhece o ato de avaliar e verificar sob dois ângulos diferentes:

A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele. A verificação é uma ação que congela “congela” o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação. (Ibidem, p.93).

Para Esteban (2001), a avaliação escolar funciona como sistema de oferta e suspensão de direitos, tanto nos fatos cotidianos da sala de aula, como em relação às possibilidades futuras. A homogeneidade buscada através da individualização cria um campo de comparação que, funciona como espaço de diferenciação, justifica a heterogeneidade de resultados alcançados. A autora completa esse pensamento quando diz:

A avaliação classificatória, que pretende hierarquizar e selecionar, por ter como fundamento a homogeneidade, a competição e a exclusão, atua essencialmente na ótica na *negação*: negação do outro, do diferente, de suas práticas, de seus saberes, de suas formas de vida, de seu contexto cultural, de sua realidade social; negação do diálogo; negação das múltiplas possibilidades. Na avaliação educacional, um dos aspectos centrais é a compreensão do *saber* e do *não-saber* como pólos antagônicos, excludentes; o *saber* recebe o sinal positivo e o *não-saber* o negativo. Ao processo de avaliação cabe distinguir os que *sabem* dos que *não-sabem*. (Ibidem, p.181)

Em outra obra pesquisada da mesma autora, entende-se cada vez mais a função da avaliação educacional, conforme o pensamento descrito a seguir:

A avaliação, que impede a expressão de determinadas vozes, é uma prática de exclusão na medida em que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola. A análise da prática pedagógica mostra claramente que a avaliação como prática construída a partir da classificação das respostas dos alunos (as) em erros ou acertos impede que o processo ensino/aprendizagem incorpore a riqueza presente nas propostas escolares, [...]. A avaliação funciona como instrumento de controle e de limitação das atuações (alunos/professores) no contexto escolar. (ESTEBAN, 2003, p.16).

Conforme o Currículo da Educação Básica, do ensino fundamental, das escolas públicas do D.F. (2002, p.171)“o ato de avaliar inicia-se pela diagnose, pela investigação e visa ao reconhecimento dos caminhos percorridos e à identificação daqueles a serem perseguidos no processo de ensino e aprendizagem; e oferece subsídios para os educadores refletirem sobre a prática pedagógica”,visando buscar identificar os conhecimentos prévios do educando, subsidiando-o no seu processo de desenvolvimentos de aptidões, constituindo sua autonomia, sua própria identidade.

2.3. O SISTEMA DE NOTAS E CONCEITOS

O exercício pedagógico escolar permeia mais por uma pedagogia do exame que por uma aprendizagem de ensino/aprendizagem. Toda a comunidade escolar tem atenção voltada para a promoção, por meio de notas. O autor abaixo contribui para melhor compreensão quando diz:

Os sistemas de exames com suas conseqüências em termos de notas e suas manipulações, polarizam a todos. Os acontecimentos do processo de ensino e aprendizagem sejam para analisá-los criticamente, seja para encaminhá-los de uma forma significativa e vitalizante, permanecem adormecidos em um canto. (LUCKESI, 1997, p.21)

O atual sistema de avaliação está vinculado à necessidade de atender às crescentes demandas da sociedade, sendo uma das funções básicas, a regulação do acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho. Sendo assim, vai se distanciando do processo ensino/aprendizagem, ressaltando sua função de controle social mediado pela prática pedagógica.

Esteban (2001) também fala dessa questão com veemência, conforme a frase abaixo:

Nosso século se ocupou especialmente em medida educacional ressaltando seus traços de objetividade, fiabilidade, validade, eficiência e neutralidade, representadas pela preocupação de construir provas estandardizadas capazes de revelar cientificamente os interesses, atitudes, capacidades, desenvolvimento, progresso, rendimento e inteligência dos estudantes. Essa avaliação se apoia essencialmente no estabelecimento de um padrão que serve como termo de comparação, diferenciação, classificação e exclusão. (p.102).

2.4. A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO AUTORITÁRIO

Segundo Luckesi (1997), Comenio alertava para a necessidade de uma atenção especial à educação, sendo esta o centro de interesse da ação do professor; porém, não descarta também a prática dos exames como meio de levar os estudantes ao trabalho da busca da aprendizagem. Na sua concepção, o medo é um fator interessante para manter os alunos atentos.

Diferentemente de Comenio, o autor não tem a mesma ótica sobre o assunto, quando diz:

O medo é um fator importante no processo de controle social. Internalizado, é um excelente freio às ações que são supostamente indesejáveis. Daí, o Estado, a Igreja, a família e a escola utilizarem-se dele de forma exacerbada. O medo gera a submissão forçada e habitua a criança e o jovem a viverem sob sua égide. Reiterado, gera modos permanentes e petrificados de ação. (LUCKESI, 1997, p.24)

Dentro dessa visão, percebe-se que o professor utiliza a prova como instrumento de ameaça e tortura prévia dos alunos, quando diz, por exemplo: “Fiquem quietos! Prestem atenção! O dia da prova já está chegando e vocês terão uma surpresa!” Na concepção do autor, acima citado, essas expressões demonstram o quanto o professor utiliza-se das provas como fator negativo de motivação. O aluno deverá se dedicar aos estudos não pela importância dos conteúdos, nem tampouco, pelo significado e prazer que eles poderiam lhe proporcionar, mas sim porque está ameaçado por uma prova. O medo, automaticamente, o levará a estudar.

A postura ambiciosa da sociedade conservadora permite que se faça da avaliação um instrumento poderoso nas mãos do professor autoritário. Por ser “autoridade”, assume a postura de poder exigir que comportem como quiser, nas mais variadas situações, conforme a frase a seguir:

Os “dados relevantes” a partir dos quais se deve manifestar o julgamento de valor, tornam-se “irrelevantes” na avaliação, dependendo do estado de humor do professor. Ou seja, a definição do relevante ou do irrelevante fica na dependência do arbítrio pessoal do professor e do seu estado psicológico. (Ibidem, p.37).

A ganância da sociedade conservadora permite que se faça da avaliação um instrumento nas mãos do professor autoritário para hostilizar os alunos, exigindo-lhes condutas as mais variadas, algumas até mesmo, irrelevantes. Pressupõe-se que, por ser

“autoridade”, assume a postura de poder exigir a conduta que quiser, qualquer que sejam, como, por exemplo, as armadilhas nos testes.

Há ainda outras manifestações de atitudes autoritárias da avaliação no sistema domesticador da educação como, por exemplo, sobre os possíveis resultados de aprendizagem de um educando ser, na maioria das vezes, inapelável, como salienta Luckesi:

Esse arbítrio no que se refere ao aspecto do julgamento pode ser exacerbado a níveis indescritíveis, devido a inexistência de instância pedagógica ou legal que possa coibir possíveis abusos. O julgamento de um professor, em sala de aula, sobre os possíveis resultados de aprendizagem de um educando, é praticamente inapelável, pois o expediente de “revisão de prova”, quando é praticado, dificilmente dá ganho de causa ao aluno (Ibidem, 1997, p.38).

Nas pesquisas em literaturas sobre avaliação da aprendizagem, nota-se também uma insatisfação por parte dos alunos do ensino superior, quanto à postura do professor diante do processo avaliativo, conforme a citação a seguir:

O professor fez pressão para os alunos se colocarem; pediu trabalho e deixou para ser avaliado por outro; professor sistemático, antipático, estressou-se na hora da prova; propiciou oportunidade de cola; foi incoerente nos critérios de correção; o professor foi grosseiro, tratou mal; relacionou assuntos pessoais do aluno; exigiu decoreba; demonstrou descaso pelo aluno (BERBEL, 2001, p. 149).

Nota-se que a atitude do professor não interfere não só no momento da avaliação, mas sim perpassa por todo o processo de ensino aprendizagem. Há professores que desde o primeiro encontro faz questão de deixar evidente o quanto vai exigir nas provas, não se referindo os objetivos de ensino, mas com intuito de “aterrorizar”, onde os erros serão muito mais enfatizados que os acertos e os alunos serão “apanhados” naquilo que não sabem.

2.5. O ERRO NA AVALIAÇÃO

Quando se pensa no processo de avaliação é impossível deixar de refletir sobre o erro. O erro torna as pessoas vulneráveis e é uma situação desconfortável que cria culpas e sensação de fracasso. No livro mais pesquisado para esse trabalho, o autor também se refere a esse fator:

Tanto o “sucesso/insucesso” como o “acerto/erro” podem ser utilizados como fonte de virtude em geral e como fonte de “virtude” na aprendizagem escolar. No caso da solução bem ou malsucedida de uma busca, seja ela de investigação científica ou de solução prática de alguma necessidade, o “não-sucesso” é, em primeiro lugar, um indicador de que ainda não se chegou à solução necessária, e, em segundo lugar, a indicação de um modo de “como não se resolver” essa determinada necessidade.[...] Não há por que ser castigado pelos outros ou por si mesmo em função de uma solução que não se deu de forma “bem-sucedida”. Há sim que utilizar positivamente dela para avançar na busca da solução pretendida. (LUCKESI, 1997, p.56).

É importante que se reflita sobre a forma de avaliar os “erros”; se a conduta do professor fosse a de castigar, não se teria a oportunidade de mediar, e o aluno não teria a chance de crescer e amadurecer. Ao contrário, teria perdas no seu crescimento, e o professor perderia a oportunidade de ser, de fato, educador.

Segundo Luckesi (1997), em uma entrevista dada para ATTA Mídia e Educação (vídeo), o exame e a avaliação no sistema educacional tem três características opostas:

- O exame é pontual; só interessa o resultado presente. Enquanto que a avaliação não é pontual; leva em conta o que ainda não se sabe.
- O exame é classificatório: reprovado ou aprovado; classifica toda a vida escolar do aluno através de notas, enquanto que a avaliação é dinâmica; não classifica, mas diagnostica o que está ocorrendo para que se continue o processo visando o alcance dos objetivos.
- O exame é seletivo e exclusivo; exclui uma grande parte dos candidatos escolares, enquanto que a avaliação é formativa, dialética, dialógica e inclusiva.

Importa esclarecer, que não se faz aqui, apologia do erro e do insucesso, como fatores indispensáveis para o crescimento. O que se pretende fomentar é que por sobre o insucesso e o erro não se devem adicionar a culpa e o castigo. Ocorrendo o erro, aprendemos a retirar dele os melhores e mais significativos benefícios, mas não fazendo dele uma trilha necessária de nossas vidas. Ele deve ser considerado obstáculos de travessia, com os quais se possa aprender e evoluir.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.89), descreve a avaliação como elemento que está a serviço do processo de ensino e aprendizagem, onde a decisão de aprovar ou reprovar não deve ser a expressão de “castigo” nem ser exclusivamente pautada no quantitativo que se aprendeu ou se deixou de aprender. Para isso é indispensável considerar, ao mesmo tempo aos critérios de avaliação, os fatores sociais e emocionais, para que não haja injustiça, visando o prosseguimento da escolaridade sem rupturas.

2.6. PRIORIDADE PARA OS CONTEÚDOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS

Percebe-se que a prática classificatória da avaliação é antidemocrática, já que não encaminha uma tomada de decisão para o avanço, para o crescimento. Pelo uso de elementos desconsideráveis na prática da avaliação, o professor é antidemocrático com os alunos, na medida em que reprova ou aprova por aquilo que não é essencial à aprendizagem escolar.

Uma das contribuições que Luckesi (1997), dá em para o professor é a que se refere à prioridade e seleção de conteúdos que sejam realmente significativos e essenciais à formação do educando, quando diz:

De fato, o ideal seria a inexistência do sistema de notas. A aprovação ou reprovação do educando deveria dar-se pela efetiva aprendizagem dos conhecimentos mínimos necessários, com o conseqüente desenvolvimento de habilidades, hábitos e convicções. Entretanto, diante da intensa utilização de notas e conceitos [...] não há como, de imediato, eliminar as notas e conceitos da vida escolar. Em função disso, é possível pedagogicamente (não administrativamente) sanar essa dificuldade pelo estabelecimento de conhecimentos, habilidades e hábitos mínimos a serem adquiridos pelos educandos e pelo encaminhamento de ensino a partir dessa definição. (Ibidem, p.97)

É importante realçar o ponto de vista do autor, ao sugerir que se o aluno alcançou o mínimo necessário que deverá ser ensinado e aprendido por todos, não há razão para não ir além dele. A definição desse mínimo deve ser elaborada pelo coletivo de professores que trabalham em um determinado programa escolar.

Alguns alunos, considerando as diferenças individuais, sociais e culturais, irão além do mínimo necessário facilmente; outros, no entanto, pelo menos atingirão o mínimo. Esse seria uma alternativa para garantir a socialização do saber, no âmbito escolar,

pois todos alcançariam o mínimo necessário, e a avaliação estaria a serviço desse importante processo social e político.

A avaliação da aprendizagem só será possível, em seu sentido pleno, na medida em que se estiver interessado na aprendizagem do educando, ou seja, deve estar interessado em que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado. O que se percebe é que o sistema social não demonstra estar tão interessado em que o educando aprenda, a partir do momento em que investe pouco na educação, tanto do ponto de vista financeiro quanto do pedagógico.

2.7. UMA AVALIAÇÃO VOLTADA EFETIVAMENTE À APRENDIZAGEM DO ALUNO

Antes do planejamento da avaliação, o professor deve sentir a necessidade de mudança, se incomodar com a situação, daí a importância de avaliar para saber o que pode fazer para mudar ou redirecionar condutas, encarando a prática educativa com maior seriedade, conforme a frase a seguir:

Para que a avaliação se torne um instrumento subsidiário significativo da prática educativa, é importante que tanto a prática educativa como a avaliação sejam conduzidas com um determinado rigor científico e técnico (...) que se manifestem em prol do desenvolvimento do aluno (LUCKESI, 1997, p.100).

A avaliação diagnóstica implica numa coleta de dados por meio de instrumentos, os quais devem ser lidos com rigor científico, visando não a aprovação ou reprovação dos alunos, mas uma compreensão adequada do processo do educando, de tal maneira que ele possa avançar no seu processo de crescimento.

Luckesi (1997) também emite sua opinião voltada a essa modalidade de avaliação:

Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos, Enfim, terá de ser o instrumento de reconhecimento dos caminhos percorridos. A avaliação educacional escolar como instrumento de classificação, não serve em nada para a transformação; contudo é extremamente

eficiente para a conservação da sociedade, pela domesticação dos educandos”. (Ibidem, p.43).

É necessária uma atenção especial do professor quanto ao processo de correção e devolução dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, “não devendo apresentar uma nota fria, sem maior significado. Os resultados das provas e testes devem ser devolvidos pessoalmente pelo professor, seguidos dos adequados comentários com os alunos, indicando-lhes os acertos e erros, auxiliando-os a se autocompreenderem”.

Na utilização de símbolos que expressem o desempenho obtido pelos alunos, é importante que contenham, também, informações qualitativas para não haver dúvidas quanto à interpretação.

2.8. PROFESSOR E ALUNO: COMPANHEIROS DE JORNADA

O sistema social não demonstra interesse na aprendizagem do educando, a partir do momento em que investe pouco na educação. Os dados estatísticos demonstram o pequeno investimento, tanto no aspecto financeiro quanto no pedagógico e, conseqüentemente, na efetiva aprendizagem do aluno.

O elemento essencial para dar um novo rumo à avaliação educacional é o resgate da sua *função diagnóstica*. E para resgatar essa função dependerá de que cada educador assuma ser um companheiro de jornada de cada aluno; isso não significa defender a total igualdade das partes. O professor terá que ser diferente, mais maduro e experiente, contudo isso não o impede de ser companheiro. Luckesi (1997) aborda a questão do compromisso e afetividade nessa profissão:

Essa prática é difícil de ser mudada devido ao fato de que a avaliação, por si só, é um ato amoroso e a sociedade na qual está sendo praticada não é amorosa e, daí, vence a sociedade e não a avaliação [...]. O Ato amoroso é aquele que acolhe a situação, na sua verdade (como ela é). O ato amoroso é um ato que acolhe atitudes, ações, alegrias e dores como eles são. Por acolher a situação como ela é, o ato amoroso tem a característica de não julgar. (Ibidem, p.171).

O autor enfatiza a importância do trabalho harmonioso de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, bem como na avaliação desse processo, conforme citação abaixo:

O diretor de uma instituição escolar, como líder de um grupo de trabalho, tem responsabilidade de, sadiamente, coordenar a construção do projeto escolar. Para isso, terá de saber ouvir, dialogar, trabalhar, para que se chegue a um consenso do que vai ser construído coletivamente; e então, a partir daí, ele terá de ser o pólo de coordenação dessa atividade.

A avaliação, como crítica de um percurso de ação, será, então, um ato amoroso, um ato de cuidado, pelo qual todos verificam como estão criando o seu “bebê” e como podem trabalhar para que ele cresça. (Ibidem, p.118).

Não se defende aqui a abolição dos instrumentos de avaliação: as chamadas provas escritas ou mesmo orais e exames. No entanto, o que deve ser repensado é a forma de uso desses instrumentos, na avaliação dos dados colhidos, que deve ter como objetivo diagnosticar na perspectiva de um processo contínuo de aprendizagem.

3. METODOLOGIA

3.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este trabalho utilizou a abordagem qualitativa de pesquisa, que busca a resposta através de questionamento aberto onde o pesquisado expõe suas idéias sem, contudo, ater-se a um controle extremo, não obrigando o indivíduo a se enquadrar em um formato pré-determinado facilitando, conseqüentemente, um maior aprofundamento das questões.

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Para a coleta de dados consistentes com a realidade, deve-se procurar, para esse fim, pessoas que verdadeiramente conhecem a realidade do tema em questão, para o fornecimento de dados confiáveis para serem futuramente analisados.

3.2. CENÁRIO E PARTICIPANTES DA PESQUISA

O instrumento de pesquisa foi aplicado a oito professores da rede pública do Distrito Federal, em diferentes regiões administrativas: Ceilândia, Sobradinho e Plano Piloto, tendo como público alvo os professores que trabalham com as séries iniciais – Ensino Fundamental – de 1^a, 3^a e 4^a séries.

O trabalho de pesquisa em diferentes escolas é importante na medida em que oferece oportunidade de formular dados mais significativos.

3.3. FASES DA PESQUISA

A elaboração desse trabalho foi realizada no ano de 2005 e obedecidas as seguintes fases:

A delimitação do problema, bem como o tema foi determinado na segunda semana do mês de agosto.

Na terceira semana, do mesmo mês, foram definidos os objetivos, e a justificativa do trabalho. O próximo passo foi a busca de referencial bibliográfico para a pesquisa, optando-se para a literatura em obras de autores pesquisadores sobre o tema. Esse período de pesquisa literária durou aproximadamente duas semanas, ou seja, até a primeira semana do mês de setembro.

O referencial teórico foi elaborado na segunda semana do referido mês. Na semana seguinte, ou melhor, na terceira semana deste mês elaborou-se o instrumento de pesquisa já mencionado neste, sendo aplicado na última semana de setembro.

Com a coleta dos dados em mãos, na primeira semana de outubro, iniciou-se a organização dos mesmos em cada uma das categorias escolhidas; seguindo-se com a análise e discussão, buscando-se articular os dados coletados aos objetivos e à referência bibliográfica.

Por último, foram feitas as considerações finais e a redação final do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), em outubro e novembro.

3.4. INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário semiestruturado, tendo em vista ser este trabalho uma pesquisa qualitativa de estudo de caso, que está direcionado ao conhecimento da realidade.

Segundo estudos da disciplina de Política e Fundamentos da Educação Básica, no Campus do UniCEUB, mediados pela Dra. Maria Eleusa Montenegro, o questionário é um instrumento de coleta de dados respondidos por escrito, sem a presença do pesquisador, onde o mesmo deverá atentar-se para perguntas objetivas e claras; o pesquisado tem a garantia de que não será comprometido quanto às suas respostas, nem seu nome divulgado, caso não queira.

Neste sentido, pode-se ler o modelo de questionário apensado nesse trabalho.

3.5. CATEGORIAS, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.5.1. CATEGORIAS

As categorias selecionadas para esse trabalho foram:

- (a) Finalidade da avaliação escolar;
- (b) Instrumento de avaliação escolar;
- (c) Critérios de avaliação no âmbito escolar;
- (d) Influência da avaliação no psiquismo;
- (e) O trabalho do professor por meio dos resultados obtidos com a avaliação;
- (f) O sistema de avaliação e o fracasso escolar: Necessidades de mudanças.

3.5.2. ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados foram organizados, analisados e discutidos, conforme descrição a seguir.

- (a) Finalidade da avaliação escolar

Professor A – “Instrumentalizar o professor em sua atividade docente representando as ferramentas de seu conhecimento, refletir e selecionar alternativas que melhor adequem às necessidades, verificar a extensão das capacidades aprendidas dos alunos”.

Professor B – “Tem por finalidade observar o desenvolvimento do aluno e ao mesmo tempo fazer com que o professor reflita sobre sua prática pedagógica”.

Professor C – “Para vermos se o aluno está retendo os conteúdos e para avaliarmos o nosso trabalho”.

Professor D – “Infelizmente para aprovar e reprovar”.

Professor E – “A avaliação é feita para avaliar o rendimento do aluno”.

Professor F – “Saber até que ponto a minha intervenção pedagógica está contribuindo para o desenvolvimento cognitivo do aluno”.

Professor G – “A avaliação é um meio de sondar o nível de aprendizagem do aluno e suas possibilidades”.

Professor H – “Tem por finalidade verificar o desenvolvimento do aluno e o nível de absorção dos conteúdos”.

Apesar de ser quase unânime a idéia de que avaliação é um exercício indispensável ao processo de aprendizagem, a ação avaliativa continua sendo um tema polêmico. Daí a necessidade de continuar discutindo a avaliação como parte de um processo mais amplo; é interessante que se comece questionando, “o que é?” e “para que?” a avaliação no sistema de ensino escolar.

Ao questionar os 8 (oito) professores, sobre a finalidade da avaliação, percebeu-se a unanimidade nas respostas, quando os mesmos disseram que avaliam com o objetivo de verificar a aprendizagem escolar do aluno; 3 (três) deles acrescentaram que utilizam a avaliação também para refletir sobre sua prática, concordando com o pensamento de Luchesi (1997, p.93), quando este diz que “a avaliação, diferentemente de verificação,

envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer *ante* ou com *ele*”.

Um dos questionados mostrou-se objetivo, de certa forma consciente do rumo que vem tomando a avaliação escolar, ao admitir que a avaliação tem como finalidade a de aprovar ou reprovar. Isso vem reforçar o que o autor, acima citado, pensa sobre essa realidade, quando diz naquela obra que “como função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento”(p.35). A avaliação, nesse sentido, não serve como pausa para pensar a prática e retomar a ela, mas sim como meio de julgar a prática e torná-la estratificada. Somente com uma função diagnóstica a avaliação funciona como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem, em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que se possa avançar o seu processo de aprendizagem.

(b) Instrumentos de avaliação escolar

Professor A – “A avaliação diagnóstica formativa, onde busca detectar pré-requisito para novas experiências de aprendizagem reajustando meus planos de ação, conforme as necessidades”. “Utilizo na medida do possível a avaliação para que torne a aprendizagem dos meus alunos mais efetiva, diagnosticando deficiências fornecendo-me bases para o planejamento”.

Professor B – “A avaliação deve ser no dia-a-dia e avaliar o aluno como um todo. Através de observações de trabalhos a que se quer avaliar e analisando o desenvolvimento global do aluno”. “Por iniciativa própria, porque isto me dá o discernimento a seguir na minha prática pedagógica”.

Professor C – “Exercícios orais, exercícios escritos (testes) e trabalho em grupo”. “Eu sempre gostei de avaliar meus alunos através de exercícios, até mesmo os pais cobram e o aluno se sente cobrado e motivado”.

Professor D – “Avaliações (testes), observação, atividades do dia-a-dia”. “Por iniciativa própria”.

Professor E – “Atividades avaliativas em geral (testes e provas)”. “Alguns exigidos pela instituição e outros por iniciativa própria”.

Professor F – “Observação, análise e, em raríssimos casos, testes escritos”. “Por iniciativa própria”.

Professor G – “Utilizo não só avaliação escrita, testes, mas também observação diária em aspectos sociais e cognitivos”. “ Por iniciativa própria, no momento em que eu achar necessário, mas nos finais de bimestres aplico as provas escritas, pois os pais já estão acostumados a isso e vêm às reuniões em busca das notas”.

Professor H – “Avaliação escrita e oral, testes, observação no dia-a-dia”. “Às vezes por iniciativa própria, dependendo da necessidade e objetivo para o meu trabalho, outras vezes por influência do sistema tradicional de ensino”.

Nota-se que, ao se referir sobre os instrumentos de avaliação utilizados pelo corpo docente, os dados revelam que boa parte dos professores lança mão dos exames (provas escritas), havendo o reconhecimento, pela metade deles, de que a avaliação deve ser diária e não somente pré-datadas. Apenas um dos professores questionados, reconheceu a avaliação diagnóstica como instrumento utilizado, cuja função é a de reajustar os planos de ação, ou seja, direcionar o trabalho, o que se ajusta ao pensamento de Luckesi (1997, p.35) ao dizer que “com a função diagnóstica, a avaliação constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento da ação; ela será um momento dialético de ‘senso’ do estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva que se quer atingir à frente”.

No que se refere ao uso dos instrumentos de avaliação escolar, todos os professores pesquisados afirmaram ter liberdade de avaliar de forma espontânea; embora ressaltou a necessidade de diagnosticar dificuldades, fornecendo-lhe base para dar continuidade ao trabalho.

Dentre os dados analisados, três deles chamam atenção quando se percebe a influência do sistema tradicional de avaliação na prática atual de ensino. Os professores aplicam provas e testes condicionados ao hábito de o fazerem, uma vez que os colegas

também o fazem e os próprios pais e alunos cobram; acreditam que os alunos, uma vez cobrados, sentem-se motivados. Essa realidade fundamenta a opinião de Luckesi quando aborda sobre esse fator:

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes (Ibidem, 1997, p.18).

De fato, a prática educativa se pauta por uma “pedagogia do exame”. Os pais se satisfazem com as notas boas, que, por sua vez, estão articuladas com as provas, nas quais estão centradas professores e alunos.

(c) Critérios de avaliação no âmbito escolar

Professor A – “Avalio o aluno como um todo, participação, interesse, interação, frequência, porque avaliar é conscientizar a ação educativa”.

Professor B – “Avaliamos o todo. Tanto o social quanto o cognitivo, num contexto geral”.

Professor C – “Não só a parte cognitiva, mas o social, afetivo, o relacionamento de aluno/aluno e aluno/professor”.

Professor D – “Participação, iniciativa, organização, conhecimento, motivação, prática do conhecimento, entre outros”.

Professor E – “O principal critério é aquele em que o aluno consegue obter uma nota satisfatória”.

Professor F – “O crescimento do aluno, minha postura enquanto mediadora, se os objetivos traçados chegam até o aluno e a forma como ele utiliza o raciocínio”.

Professor G – “Avalio como no todo: cognitivo e social. A participação, nível de aprendizagem, a disciplina, também são consideradas”.

Professor H – “Costumo avaliar o aluno pelo seu desempenho nas atividades desenvolvidas, participação, disciplina, enfim, fatores cognitivo e social”.

Quanto aos critérios de avaliação, os professores afirmaram avaliar o aluno nos aspectos social e cognitivo, o nível de aprendizagem e relacionamento interpessoal; no entanto em dois dos casos analisados, os docentes relataram que avaliam, também, fatores disciplinares dos alunos, ou seja, atitudes de “mau” comportamento podem influenciar na sua aprovação. Um dos questionados considera a frequência escolar, também, como critério de avaliação. Estes dados vão de encontro à base teórica, quando diz que a real finalidade da avaliação, que é a de “diagnosticar, ou seja, ser o instrumento dialético do avanço, ser o instrumento de identificação de novos rumos. Enfim, ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem percorridos”(Luckesi, 1997, p.43).

A avaliação escolar como instrumento de classificação não serve em nada para a transformação, porém, é extremamente eficiente para a conservação da sociedade, pela “domesticação” dos educandos. Exemplo disso é o uso de fatores como disciplina e frequência escolar para avaliar o aluno; são critérios que não contribuem para um diagnóstico voltado a consolidação da aprendizagem efetiva do aluno, uma vez que comprometem a sua aprovação e reprovação escolar. Faz-se necessário no processo de avaliação, o envolvimento dos dois sujeitos: educando e educador.

(d) Influência da avaliação no psiquismo

Professor A – “Sim, é preciso ter a sensibilidade de observação em dias de avaliação perante o comportamento psicológico e emocional dos alunos”.

Professor B – “Sim, normalmente em dias de prova, causa mudança no comportamento do aluno por estar sendo cobrado apenas o que reteve e não seu desempenho geral”.

Professor C – “Sim, alguns ficam nervosos, tensos, o que influencia no diagnóstico”.

Professor D - “Sim”.

Professor E – “Sim, eles ficam apreensivos e inseguros”.

Professor F – “Sim. Os alunos ficam transtornados, a expressão de medo é claramente observável, eles têm medo até de conversar”.

Professor G – “Sim. Normalmente eles ficam apreensivos, quase não conversam, ficam muito preocupados com o seu desempenho”.

Professor H – “Percebo que os alunos ficam preocupados e num clima de expectativa. Ficam centrados e ansiosos por conseguir um bom resultado”.

No que diz respeito à influência dos exames no estado emocional dos alunos, os dados apresentados são semelhantes quando revelam que as avaliações por meio de testes e/ou provas escritas causam nos alunos mudanças de comportamento, sendo, as mais comuns, ansiedade, tensão, nervosismo, insegurança, enfim, medo.

Um dos professores participantes da pesquisa ressaltou que essa influência de comportamento interfere no diagnóstico do rendimento, considerando que o estado psicológico, uma vez comprometido, o aluno terá dificuldades de desenvolver as atividades apresentadas. Esse instrumento avalia o intelecto do aluno, o que ele reteve e, nessas condições, os dados coletados podem ser insuficientes, ou não condizer com a real capacidade dos alunos, deixando de contribuir com elementos significativos para o processo de aprendizagem.

Um dos sentimentos percebidos no momento que antecede e durante a prova é a tensão, o medo. Estes geram submissão forçada e habitua a criança e o jovem a viverem nesses estados. Sobre esse aspecto, Luckesi afirma que este sentimento de medo, “gera modos permanentes e petrificados de ação. Produz não só uma personalidade submissa, como também hábitos de comportamento físico tenso que conduzem às doenças respiratórias, gástricas, sexuais etc”. (1997 p.24).

(e) O trabalho do professor por meio dos resultados obtidos com a avaliação

Professor A – “Procuró saber se os objetivos foram alcançados; se não, replanejo minhas aulas de modo a dar oportunidades de aprendizagens efetivas”.

Professor B – “Os resultados alcançados são os pilares para a construção para de uma nova etapa na aplicação de projetos a serem alcançados”.

Professor C – “Os “bons” são incentivados; as “ruins” são trabalhados com atendimento individual e aula de reforço”.

Professor D – “Procurando fazer com que o aluno cresça em cima dos seus próprios resultados”.

Professor E – “De uma maneira clara e objetiva, tentando solucionar os erros cometidos no processo”.

Professor F – “Volto tudo de novo e começo outro trabalho tentando atingir os objetivos com aquele aluno que não conseguiu bons resultados”.

Professor G – “Os resultados orientam o trabalho, decidindo os conteúdos a serem trabalhados com os que conseguiram bons resultados, e aulas de reforço para os demais”.

Professor H – “Os resultados servem como base para o meu planejamento, que posso dar continuidade aos conteúdos, ou sofrer mudanças que venham subsidiar os alunos com dificuldades”.

Os dados referentes à aplicabilidade dos resultados obtidos por meio dos instrumentos de avaliação utilizados pelo professor, apontam um mesmo direcionamento de trabalho: obter elementos para reorientar o planejamento, buscando-se subsidiar as dificuldades de alunos que não atingiram os objetivos desejados. Espera-se que o aluno cresça, a partir dos resultados apresentados por ele.

Dentre os dados analisados, destaca-se o pensamento de um professor que, por sua vez, disse incentivar os “bons” e prestar atendimento individual e aulas de reforço para os “ruins”. Além de fora de contexto na utilização dos adjetivos referentes aos alunos, o professor demonstrou não reconhecer que não só os alunos que alcançam os objetivos precisam de incentivo mas, principalmente, os que apresentam dificuldades na aprendizagem. Não percebe que “a classificação das respostas em acertos e erros, ou satisfatórias e

insatisfatórias, ou outras expressões do gênero, se fundamenta nessa concepção de que saber e não saber são excludentes” (ESTEBAN, 2003, p.22).

As diferenças entre educandos são vistas como particularidades que devem ser trabalhadas e incorporadas pelo movimento coletivo, deixando de ser entendidas como deficiências que precisam ser corrigidas.

Na mesma linha de pensamento, Luckesi também presta sua contribuição sobre esse assunto, quando diz:

Os que são considerados “bons”, “médios” e “inferiores” no início de um processo de aprendizagem permanecerão nas mesmas posições, no seu final. Os “bons” serão “bons”, os “médios” serão “médios”, os “inferiores” serão “inferiores”. A curva estatística, dita normal, permanecerá normal. Assim sendo, a sociedade definida permanece como está, pois a distribuição social das pessoas não pode ser alterada com a prática pedagógica, mesmo dentro dos seus limites. É a forma de, pela avaliação, traduzir o modelo liberal conservador da sociedade (1997, p.36).

Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento de suporte para o avanço, terá de ser o instrumento pelo qual se reconhece o caminho percorrido e identifica os caminhos a serem perseguidos.

(f) O sistema de avaliação e o fracasso escolar: Necessidades de mudanças

Professor A – “Certamente é fundamental ver o aluno como um ser social e político de seu próprio desenvolvimento. O professor não precisa mudar suas técnicas; precisa, sim, ver o aluno como alguém capaz de estabelecer uma relação cognitiva e afetiva”. “Certamente que sim. A avaliação só será eficiente se ocorrer de forma interativa entre professor e aluno, ambos caminhando na mesma direção, em busca dos mesmos objetivos”.

Professor B – “Na minha opinião o aluno deverá ser avaliado num contexto geral e no dia-a-dia, e não em prazos e datas estabelecidas”. “De acordo com a evolução, porque no decorrer do tempo as coisas vão mudando e por isso devemos adequá-las”.

Professor C – “Acho que os métodos de avaliação dependem de cada professor, porque os alunos podem ser avaliados sobre diversos ângulos”. “Gostaria que mudasse, que houvesse instrumentos e métodos novos e práticos”.

Professor D – “Contribui e muito, porém, enquanto não houver integração professor/alu-no/escola/família e sociedade em geral buscando desenvolvimento integral do aluno, haverá fracasso escolar”. “Sim”.

Professor E – “Com certeza, o sistema de avaliação escolar vigente está, na maioria das vezes, preocupado com a quantidade e não com a qualidade”. “Sim”.

Professor F – “Sim. Avalia-se para deixar o aluno com a certeza de que não sabe nada, desencorajando-o a refletir, levantar hipóteses, deduzir, enfim, vencer etapas para, de verdade, chegar ao conhecimento”. “Sim. As avaliações atuais objetivam saber se o aluno “aprendeu” o conteúdo para posteriormente passar no vestibular e não para o preparar para o dia-a-dia”.

Professor G – “Acho que sim, na medida em que os alunos só estudam quando têm prova, não se preocupando em entender e aprender de fato os conteúdos para a vida”. “Sim, a avaliação deveria se centrar apenas na sondagem da aprendizagem do aluno, e os instrumentos deveriam ser bem definidos e melhor orientados”.

Professor H – “Sim, mas não em todos os casos. Boa parte dos alunos estuda e aprende por causa das provas. Se elas não existissem não se preocupariam”. “Sim, deve ser revistos os instrumentos de modo a facilitar o trabalho do professor, com técnicas menos classificatórias e mais preparatórias”.

O fracasso escolar apresenta-se não só nos índices de pesquisa, mas é percebido também no interior de cada escola. Ao refletir sobre essa realidade, pensa-se na influência que o sistema de avaliação possa ter sobre ela.

Os educadores questionados reconheceram que o sistema de avaliação vigente tem sua responsabilidade, entretanto notou-se certa dificuldade, por parte dos professores, para definir “em que” o sistema de avaliação implica na real situação da educação, apresentando argumentos divergentes.

Dos 8 (oito) professores que contribuíram para a pesquisa, 2(dois) deles atribuem as provas, em prazos e datas estabelecidas, como uma das influências do sistema de avaliação no fracasso escolar, reconhecendo que a avaliação deve ser feita no dia-a-dia. Essa

opinião merece atenção, considerando o que outro contribuinte da pesquisa ressaltou, no que diz respeito à avaliação quantitativa. Para este, o sistema de avaliação gira em torno de notas; não só o sistema de educação, mas os próprios pais anseiam pela quantidade: as notas representadas por números ou conceitos.

A verdadeira função da aprendizagem seria auxiliar a construção de uma efetiva aprendizagem; “porém, como ela está centralizada nas provas e exames, secundariza o significado do ensino e da aprendizagem como atividades significativas em si mesmas e superestima os exames” (Luckesi, 1997). Ou seja, a avaliação da aprendizagem escolar, enquanto estiver polarizada pelos exames, não desempenhará sua função de contribuir, decidindo a melhoria da aprendizagem.

Os dados revelam a consciência da necessidade de mudanças no sistema de avaliação escolar, por parte do professor, apresentando unanimidade em suas opiniões. Mas o que se percebe é uma dificuldade de discriminar o que realmente deve mudar e para quê. Nota-se, também uma certa preocupação pela praticidade, ou seja, métodos que facilitem o trabalho do professor, porém não relacionaram essas mudanças às melhorias para o aluno em seu processo de aprendizagem, considerando que o aluno é o principal sujeito desse processo.

Um quarto dos dados apontou carência de novas perspectivas no sistema de avaliação, no que se refere a objetivos centrados na aprendizagem efetiva do aluno; uma avaliação baseada em instrumentos bem definidos e analisados com mais rigor, considerando que o que se percebe atualmente é a preparação do aluno para o vestibular e não para a vida.

A avaliação como prática de investigação implica a interrogação constante e se revela um instrumento importante para professores envolvidos com uma escola comprometida, que estejam inquietos a ponto de se colocarem constantemente diante de dilemas, e exigindo que se tornem cada dia mais capazes de investigar sua própria prática para formular possíveis soluções para problemas urgentes, buscando-se aperfeiçoar em todo o tempo.

Um convite a mudanças “para muitos é bastante atrativo. Porém, toda mudança pressupõe riscos. Muitas vezes é preciso reconstruir o olhar, num movimento que

requer a desconstrução do modo como se interpreta a realidade e se organiza a vida” (Esteban, 2003, p.26).

No que se refere a mudanças, Luckesi explica que:

Essa prática é difícil de ser mudada devido ao fato de que a avaliação, por si, é um ato amoroso e a sociedade na qual está sendo praticada não é amorosa e, daí, vende a sociedade e não a avaliação. Em nossa prática escolar, hoje, usamos a denominação de avaliação e praticamos provas e exames, uma vez que esta é mais compatível com o senso comum exigido pela sociedade burguesa, e por isso, mais fácil e costumeira de ser executada” (Ibidem, p.171).

Essas mudanças não podem ser impostas, precisam ser construídas diariamente de forma que as perspectivas vão entranhando as práticas, sendo incorporadas pelo senso comum do aluno, convencendo-se as pessoas a que se estabeleçam como um consenso. Neste sentido, as transformações da prática escolar têm que ser resultado do diálogo, da comparação entre opiniões e conhecimentos diferentes. O professor conhece suas técnicas de trabalho. Este conhecimento deve ser respeitado, o que não significa que também não deva ser ampliado; seria o caso de investir, também, na capacitação e formação dos professores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada nos dados coletados depreende-se que, com relação à finalidade da avaliação escolar, há uma unanimidade quanto este aspecto visando verificar a aprendizagem escolar do aluno, não apenas com a intenção de avaliar a parte teórica, mas também visando julgar a prática. A avaliação também deve ser olhada como portadora de uma função diagnóstica que serviria para aumentar a compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno.

Quanto aos instrumentos de avaliação escolar, uma boa parte dos professores lança mão dos exames (provas escritas), havendo o reconhecimento, pela metade deles, de que a avaliação deve ser diária, constante, e não somente a do tipo “pré-datada”, como normalmente ocorre na prática pedagógica. Neste momento, foi reforçado o reconhecimento da importância do caráter diagnóstico da avaliação, visando reajustar os planos de ação que serviriam para redirecionar os trabalhos. De um modo geral, todos respondentes afirmaram ter liberdade de avaliar de forma espontânea, embora ressaltando a ocorrência de dificuldades que, de uma certa forma, fornecem base para dar continuidade ao trabalho.

Foi também constatada a influência do sistema tradicional de avaliação na prática atual de ensino que, por sua vez, interfere na decisão do docente quanto ao uso de provas e testes.

No que se refere aos critérios de avaliação dentro da escola, foi unânime a constatação de que os professores avaliam o aluno nos aspectos social e cognitivo, o nível de aprendizagem e o relacionamento interpessoal. Entretanto, em alguns casos, os docentes relataram que avaliam, também, fatores disciplinares dos alunos, ou seja, que atitudes de “mau” comportamento podem influenciar na sua aprovação.

Ficou claro que a avaliação escolar como instrumento de classificação não tem serventia para a transformação, mas é muito eficiente para o que se chamou de “domesticação” dos educandos. A internalização de padrões de conduta poderá ser positiva ou negativa para o sujeito. Infelizmente, os padrões internalizados em função dos processos de avaliação escolar têm sido quase todos negativos.

Com relação à influência da avaliação no psiquismo, ficou claro, a partir das opiniões dos docentes, que aferições escritas causam nos alunos mudanças de comportamento, tais como: ansiedade, tensão, nervosismo, insegurança e medo, o que pode interferir no diagnóstico do rendimento, a partir da consideração de que o estado psicológico comprometido dificulta o desenvolvimento das atividades nas fases de avaliação.

Quanto ao trabalho do professor usando os resultados da avaliação, concluiu-se que uma das boas formas de instrumentalizar esses resultados é a reorientação do planejamento visando minorar as dificuldades dos alunos que não conseguiram atingir os objetivos desejados, de forma que ele cresça a partir dos seus próprios resultados.

No que se refere ao sistema de avaliação e ao fracasso escolar e eventual necessidade de mudança, conclui-se que há uma dificuldade, por parte dos professores, para definir “em que” o sistema de avaliação implica na real situação da educação, apresentando argumentos divergentes.

Também resultou, da apreciação dos dados, que há uma consciência quanto à necessidade de mudanças no sistema de avaliação escolar, por parte do professor, a despeito da dificuldade de discriminar o que realmente deve mudar e para quê.

O primeiro passo para iniciar qualquer movimento de transformação é o reconhecimento dos sentimentos em relação àquilo que se está fazendo. Ninguém conseguirá acionar mudanças em um processo sem que antes reconheça essa necessidade, resultada pelas perspectivas de melhorias. Nesse processo é indispensável o diálogo, troca de opiniões e conhecimentos diferentes do coletivo, dos sujeitos envolvidos nessa ação.

Como ressalta Luckesi (1997), a avaliação da aprendizagem é um ato amoroso, no sentido de que é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo; é um ato que acolhe atos, atitudes, alegrias e dores como são de fato. Todos necessitam do acolhimento por parte de si mesmo e dos outros. Só quando acolhido se alcança a reintegração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas *et al.* **Avaliação da Aprendizagem no Ensino Superior.** Ed. UEL, Londrina, 2001.

BRASIL. **Currículo da educação básica das escolas públicas do Distrito Federal:** ensino fundamental 1ª a 4ª série. 2.ed./Secretaria de Estado de Educação.– Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2002.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.– Brasília: MEC/SEF, 1997.

ESTEBAN, Maria Tereza (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.** 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **O que sabe - quem erra?** Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** São Paulo: ATTA Mídia e Educação, s.d.(em vídeo).

APÊNDICE

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO – FACE
CURSO PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE
PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS NO ENSINO
FUNDAMENTAL – PROJETO PROFESSOR NOTA 10

PESQUISADORA: _____

DATA: ____/____/____

Caro professor! Com o intuito de saber mais sobre sua realidade, no que diz respeito à avaliação da aprendizagem e sua aplicabilidade, solicitamos sua contribuição no sentido de explicitar suas experiências no âmbito educacional.

É importante lhe assegurar, quanto à discricção, que sua participação tem a garantia do mais absoluto sigilo.

Nossos agradecimentos antecipados pois com certeza, sua opinião será de grande valia para dar continuidade à reflexão sobre a prática de avaliação da aprendizagem escolar, no que diz respeito aos instrumentos utilizados no processo avaliativo.

QUESTIONÁRIO SOBRE A AVALIAÇÃO

1) Para você, qual a finalidade da avaliação na educação escolar?

2) Quais os instrumentos de avaliação da aprendizagem escolar que você utiliza?

3) Você utiliza os instrumentos de avaliação por iniciativa própria ou pela imposição da instituição para a qual trabalha?

4) Quais os critérios de avaliação que você utiliza, ou seja, “o que” você avalia?

5) Você considera que deve haver mudança no sistema de avaliação educacional?

6) Você percebe ou já percebeu influência no comportamento ou no emocional dos seus alunos no dia da avaliação?

7) Como você trabalha os resultados obtidos nas avaliações que você aplica?

8) Na sua opinião, o sistema de avaliação escolar vigente tem contribuído para o fracasso escolar revelado nos atuais índices de pesquisas?
